

Conteúdo	
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)	9
NOTAS EXPLICATIVAS	
1. Contexto operacional	10
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	10
3. Principais práticas contábeis	11
4. Caixa e equivalente de caixa	15
5. Aplicações interfinanceiras	15
6. Títulos e valores mobiliários	15
7. Instrumentos financeiros derivativos	16
8. Operações de crédito	16
9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	17
10. Outros instrumentos financeiros	18
11. Créditos tributários	18
12. Outros ativos	20
13. Imobilizados e intangíveis	21
14. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes	21
15. Passivos contingentes	22
16. Outros passivos	23
17. Patrimônio líquido	23
18. Receitas de prestação de serviços	23
19. Outras despesas administrativas	24
20. Outras receitas / despesas operacionais	24
21. Partes relacionadas	24
22. Resultados não recorrentes	25
23. Limites operacionais (acordo da Basileia)	25
24. Gerenciamento de riscos	26
25. Eventos subsequentes	26
DIRETORIA I CONTADOR	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	

Relatório da Administração - Primeiro Semestre de 2024

A inovação e o pioneirismo têm sido fundamentais desde o início da nossa jornada em 1980. Ao longo das décadas, a Pefisa se estabeleceu como uma referência no setor financeiro, oferecendo e administrando produtos como cartões, empréstimos pessoais, seguros e contas digitais, sempre com compromisso, simplicidade, praticidade e a eficiência no atendimento ao cliente.

Cenário Econômico e Desempenho no Primeiro Semestre de 2024

No primeiro semestre de 2024, diante do cenário de inadimplência crescente e desafios econômicos persistentes, a Pefisa demonstrou resiliência e capacidade de adaptação. Apesar dessas adversidades, conseguimos expandir nossa carteira de crédito e fortalecer parcerias estratégicas, aproveitando as oportunidades do mercado enquanto gerenciamos os riscos associados.

Nossa carteira de crédito totalizou um crescimento de 17,2% em comparação ao mesmo período de 2023, atingindo R\$ 4,488 bilhões. A base de clientes ativos nos cartões de crédito da Pefisa registrou um aumento de 20% em relação ao primeiro semestre de 2023, impulsionada pela expansão das lojas Pernambucanas e pelo amadurecimento das parcerias estratégicas. Esse crescimento foi um fator decisivo para o aumento de 32% na carteira de crédito (ANR), culminando em resultados sólidos ao final do semestre. A diversificação de nossos produtos, com destaque para o incremento na concessão de empréstimos consignados do INSS e na antecipação de FGTS, também contribuiu para a maior solidez da nossa carteira de crédito. As receitas da Pefisa cresceram 30%, impulsionadas principalmente pelas receitas de juros e tarifas, pelo crescimento das receitas com Pessoa Jurídica e pelo aumento do interchange.

Parcerias Estratégicas e Inovações

O primeiro semestre de 2024 foi marcado pela continuidade do sucesso em nossas parcerias estratégicas, que têm impulsionado nosso crescimento e fortalecido nossa presença no mercado. As parcerias já representam 18% da carteira de crédito da Pefisa, com destaque para a colaboração com a Leroy Merlin, que tem se consolidado como um dos principais motores de crescimento, alcançando 96 mil clientes. Essa parceria tem sido crucial na expansão de nossa rede de clientes e na diversificação dos segmentos em que atuamos. Além disso, permitiu o crescimento da base de clientes de alta renda e ajudou a reduzir os níveis de inadimplência, devido ao perfil de risco desse público.

Simultaneamente, a parceria com a Sociedade Esportiva Palmeiras atingiu a marca de 370 mil clientes com o Palmeiras Pay, consolidando nossa presença no setor esportivo e oferecendo uma solução financeira personalizada aos torcedores. Além disso, o Cartão Carmen Steffens ampliou sua base para 42 mil clientes ativos, refletindo o sucesso contínuo de nossa estratégia de parcerias com marcas renomadas. Essas parcerias foram essenciais para o crescimento sustentável da nossa carteira de crédito e fortaleceram nossa posição no mercado, alinhando-se com as melhores práticas e padrões de gestão financeira.

Inauguramos sete novas lojas Pefisa no primeiro semestre de 2024, focadas na comercialização de produtos de baixo risco e alta transacionalidade, como empréstimos consignados, corretora de seguros e serviços de aquisição (Pefisa Pay). A expansão dos negócios com Pessoa Jurídica também foi uma das alavancas de otimização e rentabilização, penetrando na cadeia produtiva da Pernambucanas e das parcerias, e diversificando o portfólio de crédito com a comercialização de produtos de menor risco.

Relatório da Administração - Primeiro Semestre de 2024

Fortalecimento da Estrutura Financeira

Para suportar nosso crescimento contínuo, realizamos um aporte de capital de 100 milhões no primeiro semestre de 2024, garantindo o cumprimento das exigências regulatórias e fortalecendo nossa estrutura financeira. Este capital adicional permitirá à Pefisa continuar investindo em inovação e na expansão de nossas operações.

Perspectivas para o Segundo Semestre de 2024

Estamos empenhados em enfrentar os desafios com foco estratégico no controle da inadimplência, por meio do amadurecimento das carteiras das nossas parcerias e das lojas em expansão das Pernambucanas. Além disso, buscamos diversificar o risco da carteira de crédito intensificando as operações de empréstimos consignados, negócios com pessoa jurídica, seguros e assistências.

Continuaremos a expandir nossa base de clientes e desenvolver novas iniciativas de crédito, sempre com diligência e rigoroso controle de risco na concessão, assegurando o crescimento sustentável da nossa operação e a redução da inadimplência.

Capacidade financeira

Declaramos possuir a capacidade financeira necessária e a firme intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento". Esta decisão reflete nossa estratégia de investimento de longo prazo e nosso compromisso com a estabilidade financeira e o crescimento sustentável da organização.

(*) Números não auditados.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	187.943	52.658
Instrumentos financeiros		5.645.118	5.612.853
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	285.352	617.986
Títulos e valores mobiliários	6	221.553	264.809
Operações de crédito	8	4.487.942	4.482.958
Outros instrumentos financeiros	10	650.271	247.100
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(921.088)	(848.265)
Créditos tributários	11	368.441	340.311
Outros ativos	12	339.691	359.684
Investimento em participação em Controlada		10.965	7.622
Imobilizado	13	264.234	264.483
Intangível	13	188.113	161.527
(-) Depreciações e Amortizações	13	(118.618)	(111.222)
TOTAL DO ATIVO		5.964.799	5.839.651

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		<u>2.511.486</u>	<u>2.523.810</u>
Instituições financeiras	14	2.463.694	2.472.556
Outros clientes	14	47.792	51.254
Provisões	15	<u>539.666</u>	<u>524.556</u>
Passivos contingentes		539.666	524.556
Outros passivos	16	2.094.900	2.042.116
Patrimônio líquido	17	<u>818.747</u>	<u>749.169</u>
Capital social		608.000	508.000
Reservas		241.169	241.169
Prejuízos acumulados		(30.422)	-
TOTAL DO PASSIVO		<u>5.964.799</u>	<u>5.839.651</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receitas da intermediação financeira		<u>660.824</u>	<u>562.640</u>
Operações de crédito	8	630.126	507.900
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6	18.850	40.355
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	11.848	14.385
Despesas da intermediação financeira		<u>(149.791)</u>	<u>(160.711)</u>
Operações de captação no mercado	14	(149.791)	(160.711)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>511.033</u>	<u>401.929</u>
Provisão para perdas		<u>(298.969)</u>	<u>(365.348)</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(298.969)	(365.348)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(270.302)</u>	<u>(80.083)</u>
Receitas de prestação de serviços	18	196.694	151.219
Resultado de participação em controlada		3.343	2.577
Despesas de pessoal		(18.019)	(21.103)
Outras despesas administrativas	19	(163.199)	(152.412)
Despesas tributárias		(58.953)	(51.826)
Outras receitas/despesas operacionais	20	(230.168)	(8.538)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>(58.238)</u>	<u>(43.502)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>27.816</u>	<u>16.735</u>
Provisão para imposto de renda		(284)	(4.075)
Provisão para contribuição social		(30)	(2.292)
Ativo fiscal diferido	11	28.130	23.102
Prejuízo do semestre		<u><u>(30.422)</u></u>	<u><u>(26.767)</u></u>
Prejuízo por lote de mil ações - R\$		<u><u>(0,0500)</u></u>	<u><u>(0,0597)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023***(Em milhares de Reais)*

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado líquido do semestre	(30.422)	(26.767)
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u>(30.422)</u>	<u>(26.767)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social		Reserva de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	298.000	-	59.600	220.513	-	578.113
Aumento de capital social	150.000	-	-	-	-	150.000
Prejuízo	-	-	-	-	(26.767)	(26.767)
Saldos em 30 de junho de 2023	448.000	-	59.600	220.513	(26.767)	701.346
Mutações do período	150.000	-	-	-	(26.767)	123.233
Saldos em 31 de dezembro de 2023	448.000	60.000	59.600	181.569	-	749.169
Aumento de capital social	160.000	(60.000)	-	-	-	100.000
Prejuízo	-	-	-	-	(30.422)	(30.422)
Saldos em 30 de junho de 2024	608.000	-	59.600	181.569	(30.422)	818.747
Mutações do período	160.000	(60.000)	-	-	(30.422)	69.578

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro líquido ajustado do período	260.367	345.333
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(58.238)	(43.502)
Depreciações / amortizações	7.396	7.008
Resultado de participação em controlada	(3.343)	(2.577)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	298.969	365.348
Provisões	15.583	19.056
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	<u>(543.619)</u>	<u>(462.967)</u>
Operação de Crédito	(231.130)	733.981
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.433	(114.404)
Títulos e valores mobiliários	43.256	(759.631)
Outros ativos e outros instrumentos financeiros	(383.178)	(322.913)
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	<u>51.997</u>	<u>162.223</u>
Outros passivos	51.997	162.223
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais	<u>(231.255)</u>	<u>44.589</u>
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	<u>73.663</u>	<u>109.752</u>
Aquisição de Imobilizado e intangível	(26.337)	(40.248)
Aporte de capital	100.000	150.000
Caixa Líquido (Proveniente) / Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>(12.324)</u>	<u>305.911</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	(12.324)	305.911
Aumento/Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	<u>(169.916)</u>	<u>460.252</u>
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	602.859	62.543
No fim do período	<u>432.943</u>	<u>522.795</u>
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(169.916)</u>	<u>460.252</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2024.
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financiadora”), com sede na Rua da Consolação, 2411 - Consolação, São Paulo, foi constituída em 21 de março de 1980.

A Financiadora, fintech e braço financeiro do grupo Pernambucanas, tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, na mensuração de passivos contingentes nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e não Circulante estão demonstrados nas notas explicativas.

a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e nos períodos comparativos, foram realizadas algumas reclassificações de saldos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, assim como as aplicações em operações compromissadas passaram a ser classificadas como caixa e equivalentes de caixa, considerando que o prazo original destas é inferior a 90 dias, vide Nota 4.

	30/06/2023		
	Apresentação	reclassificação	Reapresentação
Lucro líquido ajustado do período	345.333	-	345.333
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	(864.759)	401.792	(462.967)
Operação de Crédito	(560.450)	1.294.431	733.981
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	(114.404)	(114.404)
Títulos e valores mobiliários	-	(759.631)	(759.631)
Outros ativos e outros instrumentos financeiros	(304.309)	(18.604)	(322.913)
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	162.223	-	162.223
Outros passivos	162.223	-	162.223
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais	(357.203)	401.792	44.589
Aumento/Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	58.460	401.792	460.252
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	62.543	-	62.543
No fim do período	121.003	401.792	522.795
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	58.460	401.792	460.252

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 29 de agosto de 2024.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, podendo ser classificados de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.

Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias descritas negociação ou disponíveis para venda, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

(e) Operações de crédito, títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora é composto por Provisão Específica, calculada segundo requisitos mínimos da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN e por Provisão Adicional, calculada através de Modelos Internos, cuja mensuração considera entre outros, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 2;

Estágio 2 - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 3;

Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD "*Probability of default*" para 100%.

O detalhamento da composição e o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora podem ser observados na Nota 9.

(f) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

(h) Intangível

O ativo intangível está representado por gastos com desenvolvimento de *software*, projetos em desenvolvimento e licenças de *software*. A amortização para esses intangíveis é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil ou dos benefícios futuros definidos.

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício, para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias sobre as respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. A realização desses ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis.

(k) Captações em recursos de aceites cambiais

As captações em recursos de aceites cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos contingentes descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões e contingências passivas – provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(m) Provisão para recuperação de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

(o) Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas da Financiadora consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financiadora previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de todas as operações de crédito, financiamentos e investimentos permitidos pelas leis e regulamentos aplicáveis à espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração da Financiadora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Atendendo a Resolução BCB nº 2/2020, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 22.

(p) Plano de Implementação da Resolução 4.966/21

Conforme previsto no Art. 76 da Resolução CMN 4.966/21, a Financiadora elaborou o Plano de Implementação da referida Resolução, no qual as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem apresentar plano para a implementação dos conceitos e os critérios contábeis a serem observados na classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como, na constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. O referido plano foi devidamente aprovado pela Diretoria da Financiadora, contudo, faz-se necessário destacar que quando foi aprovado estavam pendentes por parte do órgão regulador, a publicação de normas complementares à Resolução CMN 4.966/21, principalmente referente ao modelo simplificado de Perda Esperada a ser definido para as Instituições classificadas como S4, como no caso da Financiadora. Considerando este contexto, o plano de trabalho da Financiadora contemplou as seguintes etapas:

Avaliação de gaps (2023)

Avaliar e identificar possíveis gaps com relação as normativas e definir critérios de implantação específicos, com foco nas principais mudanças, as quais relacionamos abaixo:

- a) Definição do modelo de negócio e classificação dos instrumentos financeiros;
- b) Ativo problemático;
- c) Conceito de cura;
- d) Renegociação e reestruturação;
- e) Alocação dos instrumentos financeiros em estágios;
- f) Prazo de revisão da perda esperada;
- g) Piso de provisão;
- h) Grupo homogêneo de risco;
- i) Taxa efetiva do contrato;
- j) Novo prazo para accrual de juros;
- k) *Write-off*;
- l) Novos COSIF's;
- m) Necessidade de incorporar novas informações nos sistemas origem.

Implantação (2024)

Desenvolvimento e implantação para correção e ou adaptação nas seguintes frentes:

Tecnologia – implantação da taxa efetiva de contrato nos sistemas de origem e alteração da regra de *accrual* de juros de 60 para 90 dias;

Motor de cálculo – incorporar ao motor de cálculo os *gaps* identificados em relação à nova normativa;

Reportes – desenvolver e ou adaptar os reportes (gestão e regulatório) para contemplar os *gaps* identificados;

Novos COSIFs – desenvolver e implementar fluxo contábil para absorver e alimentar novos COSIFs;

Perda Fiscal – adaptar fluxo atual de perdas às novas legislações.

Estabilização (2024)

Acompanhamento da implantação e promover a revisão de papéis e responsabilidades quanto a governança, bem como, revisar políticas e procedimentos para incorporar a nova realidade de perdas aos processos de gestão de riscos, gestão de produtos, elaboração de orçamentos, pricing e demais reportings.

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades		
Moeda nacional	187.324	52.266
Moeda estrangeira	619	392
	<u>187.943</u>	<u>52.658</u>
Vencimento até 90 dias		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	34.945	30.089
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	210.055	520.112
Total	<u>432.943</u>	<u>602.859</u>

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras são apresentadas na demonstração de resultado como resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez (vide Nota 6).

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e nos períodos comparativos, foram realizadas algumas reclassificações de saldos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, assim como as aplicações em operações compromissadas passaram a ser classificadas como caixa e equivalentes de caixa, considerando que o prazo original destas é inferior a 90 dias, vide Nota 2(a).

5. Aplicações interfinanceiras

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações em operações compromissadas		
Vencimento até 365 dias	40.352	67.785
Total	<u>40.352</u>	<u>67.785</u>

A composição das aplicações financeiras de liquidez registradas no Balanço Patrimonial, está representada por aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4) e aplicações em operações compromissadas.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos mantidos até o vencimento	_____(%)____	Valor de	Valor do	Até 1 ano	Acima 1 ano
		mercado em	custo em		
		30/06/2024	30/06/2024		
Títulos públicos					
Carteira própria					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100 a.a Selic	221.632	221.553	91.463	130.090
		<u>221.632</u>	<u>221.553</u>	<u>91.463</u>	<u>130.090</u>

Títulos mantidos até o vencimento	____ (%) _____	Valor de	Valor do	Até 1 ano	Acima 1 ano
		mercado	custo em		
		em	em		
		31/12/2023	31/12/2023		
Títulos públicos					
Carteira própria					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100 a.a Selic	264.857	264.809	106.364	158.445
		<u>264.857</u>	<u>264.809</u>	<u>106.364</u>	<u>158.445</u>

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide Notas 4 e 5)	18.850	40.355
Títulos públicos	11.761	14.370
Outros	87	15
Total	<u>30.698</u>	<u>54.740</u>

7. Instrumentos financeiros derivativos

A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

8. Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, são assim sumarizadas:

(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Direitos creditórios descontados	144.629	198.860
Risco sacado (i)	486	5.977
Capital de giro	65.358	75.015
Operações de crédito	1.961.727	1.819.423
Total de operações de crédito	<u>2.172.200</u>	<u>2.099.275</u>
Títulos e créditos a receber (ii)	2.315.742	2.383.683
Total de títulos e créditos a receber	<u>2.315.742</u>	<u>2.383.683</u>
Total da carteira	<u>4.487.942</u>	<u>4.482.958</u>
Circulante	4.336.415	4.393.125
Não Circulante	<u>151.527</u>	<u>89.833</u>

(i) é um processo de antecipação de recebíveis pela modalidade de cessão de crédito, onde a Financiadora antecipa o valor do recebível com deságio ao fornecedor na data solicitada e recebe o valor integral do comprador na data original do pagamento.

(ii) operações com cartão de crédito *private label* e bandeirado.

Ao final do semestre findo em 30 de junho de 2024, o saldo de valores renegociados com clientes é no valor de R\$ 398.821 (R\$ 369.250 em 31 de dezembro de 2023).

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

Prazo	30/06/2024				31/12/2023			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	1.193.121	36,92	152.393	12,13	1.229.728	37,48	145.707	12,12
De 31 a 60 dias	565.498	17,50	81.128	6,46	601.505	18,33	99.848	8,31
De 61 a 90 dias	397.083	12,29	98.363	7,83	397.612	12,12	121.145	10,08
De 91 a 180 dias	599.899	18,56	293.089	23,33	616.487	18,79	350.825	29,18
De 181 a 365 dias	324.782	10,05	631.038	50,24	345.706	10,54	484.552	40,31
Acima de 365 dias	151.527	4,69	21	0,00	89.833	2,74	10	0,00
	<u>3.231.910</u>	<u>100</u>	<u>1.256.032</u>	<u>100</u>	<u>3.280.871</u>	<u>100</u>	<u>1.202.087</u>	<u>100</u>

(c) Por característica de cliente:

	30/06/2024	31/12/2023
Pessoa jurídica	210.473	279.852
Pessoa física	4.277.469	4.203.106
Saldo final	<u>4.487.942</u>	<u>4.482.958</u>

(d) Receitas de operações de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
Crédito pessoal	579.443	460.377
Direitos creditórios descontados	25.374	17.937
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9)	25.309	29.586
	<u>630.126</u>	<u>507.900</u>

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos, no semestre findo em 30 de junho de 2024 e de 2023:

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo inicial	848.265	587.082
Complemento/reversão	298.969	365.348
Baixas contra a provisão (i)	(226.146)	(245.890)
Saldo final	<u>921.088</u>	<u>706.540</u>

Composição da carteira por nível de risco:

Nível	30/06/2024			31/12/2023			
	A vencer	Vencidos	Total	Percentual de provisão	Provisão contabilizada	Total	Provisão contabilizada
A	2.857.645	83.634	2.941.279	0,5	14.706	2.995.088	14.975
B	47.767	57.882	105.649	1	1.056	105.348	1053
C	86.380	79.908	166.288	3	4.989	182.228	5.467
D	128.919	103.889	232.808	10	23.281	248.561	24.856
E	25.843	91.404	117.247	30	35.174	144.423	43.327
F	15.247	107.320	122.567	50	61.284	134.572	67.286
G	14.120	95.275	109.395	70	76.577	127.191	89.034
H	55.989	636.720	692.709	100	692.709	545.547	545.547
	<u>3.231.910</u>	<u>1.256.032</u>	<u>4.487.942</u>		<u>909.776</u>	<u>4.482.958</u>	<u>791.545</u>
Complementar (*)					<u>11.312</u>		<u>56.720</u>
					<u>921.088</u>		<u>848.265</u>

(*) refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração.

(i) A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

Em 22 de março de 2024, a Financiadora celebrou contrato de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$35.260, o efeito no resultado foi desconto de R\$229.817, reversão da provisão de R\$244.766 e recuperação de R\$20.311 e estão demonstrados no resultado sob as rubricas "Operações de crédito", "Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" e "outras despesas operacionais", respectivamente.

10. Outros instrumentos financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a receber da Controladora (Nota 21)	505.375	83.072
Imposto de renda e contribuição social a compensar	68.634	78.625
Devedores diversos – País	54.472	64.522
Devedores por depósito em garantia	8.234	7.540
Outros (i)	<u>13.556</u>	<u>13.341</u>
	<u>650.271</u>	<u>247.100</u>
Circulante	628.482	226.220
Não Circulante	21.789	20.881

(i) referem-se substancialmente a impostos sobre serviços a compensar.

11. Créditos tributários

A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	30/06/2024		
	IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	62.412	37.447	99.859
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota15)	130.510	78.306	208.816
Prejuízo fiscal e base negativa	29.902	17.991	47.893
Outras	7.420	4.453	11.873
	<u>230.244</u>	<u>138.197</u>	<u>368.441</u>
	31/12/2023		
	IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	77.022	46.213	123.235
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota15)	127.337	76.402	203.739
Outras	8.335	5.002	13.337
	<u>212.694</u>	<u>127.617</u>	<u>340.311</u>

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2024 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

(b) Expectativa de realização

	Realização				Total
	2024	2025	2026	2027 a 2032	
Créditos tributários de imposto de renda					
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	9.335	39.800	13.277	-	62.412
Prejuízo fiscal	29.902	-	-	-	29.902
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	130.510	-	-	-	130.510
Outras	7.420	-	-	-	7.420
	<u>177.167</u>	<u>39.800</u>	<u>13.277</u>	<u>-</u>	<u>230.244</u>
Valor presente	<u>177.167</u>	<u>39.800</u>	<u>13.277</u>	<u>-</u>	<u>230.245</u>
Créditos tributários de contribuição social					
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	5.601	23.880	7.967	-	37.448
Base negativa	17.991	-	-	-	17.991
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	78.306	-	-	-	78.306
Outras	4.453	-	-	-	4.453
	<u>106.350</u>	<u>23.880</u>	<u>7.967</u>	<u>-</u>	<u>138.197</u>
Valor presente	<u>106.350</u>	<u>23.880</u>	<u>7.966</u>	<u>-</u>	<u>138.197</u>

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 11,75% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.

(c) Movimentação dos créditos tributários no período

No semestre findo em 30 de junho de 2024, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Realizações</u>	<u>Saldo final</u>
Imposto de renda				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	77.022	18.206	(32.816)	62.412
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	127.337	3.173	-	130.510
Prejuízo fiscal	-	29.902	-	29.902
Outras	8.335	7.420	(8.335)	7.420
Total	212.694	58.701	(41.151)	230.244
Contribuição social				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	46.213	10.924	(19.690)	37.447
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	76.402	1.904	-	78.306
Prejuízo fiscal	-	17.991	-	17.991
Outras	5.002	4.453	(5.002)	4.453
Total	127.617	35.272	(24.692)	138.197
30 de junho de 2024	340.311	93.973	(65.843)	368.441
30 de junho de 2023	284.821	96.191	(73.089)	307.923

Em 30 de junho de 2024, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(58.238)	(43.502)
Aliquota vigente	40%	40%
Despesa de IRPJ e CSLL	(23.295)	(17.401)
(Adições) exclusões permanentes		
Gratificação a Diretoria, multas e brindes	326	254
IOF assumido empresa	798	989
Resultado de participação em controladas	(1.338)	(1.031)
Demais adições	(4.307)	454
Resultado de IRPJ e CSLL no período	(27.816)	(16.735)
Corrente	(314)	(6.367)
Diferido	28.130	23.102
% alíquota efetiva	48%	38%

12. Outros ativos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aporte para expansão (i)	600	2.575
Comissões a apropriar (ii)	18.351	21.874
Despesas antecipadas (iii)	320.740	335.235
Total	339.691	359.684

- (i) Investimento em abertura das lojas que atuam como nosso correspondente bancário.
- (ii) As despesas de comissão por intermediação sobre captação de recursos de aceites cambiais e cédulas de depósitos a prazos são amortizadas linearmente pelo prazo de duração dos seus respectivos contratos, que variam até dois anos.
- (iii) Composto substancialmente por (i) R\$ 270.000 (R\$ 285.000 em 31 de dezembro de 2023) relativo ao pagamento antecipado, referente ao contrato de prestação de serviços de distribuição de produtos da Financiadora, firmado em 2023, para o período de 10 anos e (ii) R\$ 50.740 (R\$ 50.235 em 31 de dezembro de 2023) relativo aos gastos com aquisição de materiais e insumos são relacionados com emissão de cartões de crédito e débito e são amortizados no prazo de três anos de forma linear, prazo no qual se espera a geração de resultados futuros.

13. Imobilizados e intangíveis

	<u>Taxa anual amortização</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo anterior		314.788	228.109
Adição			
Desenvolvimento tecnológico em andamento	-	26.337	88.811
Softwares	20%	-	11.904
Depreciação e amortização		(7.396)	(14.036)
Total		<u>333.729</u>	<u>314.788</u>

14. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

(a) Diversificação por produto	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos a prazo	2.458.200	2.456.556
Recursos de Aceites Cambiais	5.494	16.000
Contas de pagamentos	47.792	51.253
Total	<u>2.511.486</u>	<u>2.523.809</u>
(b) Diversificação por prazo	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Sem prazo	47.792	51.254
Vencimento até 360 dias	720.026	455.873
Vencimento acima de 360 dias	1.743.668	2.016.683
Total	<u>2.511.486</u>	<u>2.523.810</u>

Em 30 de junho de 2024, o custo médio de captação é de 120,36 % a.a. do CDI com prazo médio remanescente de 2,15 anos (119,98% a.a do CDI com prazo médio de 2,74 anos em 31 de dezembro de 2023).

Resultado de operações de captações no mercado

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Recursos de aceites cambiais	872	9.906
CDB	147.465	149.531
Outros	1.454	1.274
Total	<u>149.791</u>	<u>160.711</u>

15. Passivos contingentes

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de contingências ativas e passivas levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

- (a) Ativos contingentes - Em 30 de junho de 2024, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.
- (b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) - é decorrente de mandado de segurança impetrado, com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

A Financiadora efetuou o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98 até dezembro de 2014, e a partir de 2015 passando a realizar os recolhimentos de acordo com a Lei nº 12.973/2014.

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 522.040 (R\$ 509.347 em 31 de dezembro de 2023).

As provisões são demonstradas como segue:

	30/06/2024		
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	71.199	438.148	509.347
Atualizações	1.774	10.919	12.693
Saldo final	<u>72.973</u>	<u>449.067</u>	<u>522.040</u>
	31/12/2023		
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	66.928	411.866	478.794
Atualizações	4.271	26.282	30.553
Saldo final	<u>71.199</u>	<u>438.148</u>	<u>509.347</u>

- (c) Provisão e passivos contingentes – A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 17.626 (R\$ 15.209 em 31 de dezembro de 2023), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 18.092 (R\$ 19.900 em 31 de dezembro de 2023).

16. Outros passivos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (i)	1.865.074	1.862.099
Outras (ii)	105.709	104.533
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 21)	118.101	68.000
PIS e COFINS a recolher	6.015	6.751
Imposto de renda	-	641
Contribuição social	-	92
Total circulante	<u>2.094.899</u>	<u>2.042.116</u>

(i) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.

(ii) Referem-se a credores diversos a pagar e saldo credor portador.

17. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 608.000.000 (508.000.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias no valor de um real cada.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2024, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 50.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo Bacen em 21 de junho de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 50.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo Bacen em 21 de junho de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 60.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo Bacen em 09 de janeiro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 100.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo Bacen em 08 de setembro de 2023.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada pela Administração o aporte de capital de R\$ 50.000, os quais foram pagos na mesma data, com aprovação pelo Bacen em 11 de maio de 2023.

Reserva de lucros – Estatutária

Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.

Reserva de lucros – Legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

18. Receitas de prestação de serviços

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Rendas de serviços prioritários – PF		
Cartão de crédito diferenciado	15.160	9.836
Receita de outros serviços (*)	124.964	87.391
	<u>56.570</u>	<u>53.992</u>
Total	<u>196.694</u>	<u>151.219</u>

(*) Referem-se as comissões recebidas de parcerias para oferta de serviços a usuários do cartão de crédito e débito.

19. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Processamento de dados	58.709	46.201
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	1.976	29.901
Serviços de terceiros	35.364	26.861
Serviços do sistema financeiro	24.005	16.589
Depreciação e amortização	7.396	7.008
Comunicação	4.481	3.930
Serviços técnicos	4.830	4.309
Indenizações judiciais/cíveis	614	612
Outras	25.824	17.001
Total	<u>163.199</u>	<u>152.412</u>

20. Outras receitas / despesas operacionais

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Outras receitas operacionais	<u>156.235</u>	<u>100.727</u>
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	88.209	64.375
Antecipações de obrigações	14.010	26.835
Receitas de parcerias	41.615	6.814
Juros	12.401	2.703
Outras despesas operacionais	<u>(386.403)</u>	<u>(109.265)</u>
Descontos concedidos (i)	(316.253)	(61.622)
Despesas com cartão de crédito	(40.899)	(31.376)
Correspondente bancário	(3.735)	(5.725)
Outras	(25.516)	(10.542)
Total	<u>(230.168)</u>	<u>(8.538)</u>

(i) Em 31 de março de 2024, a Pefisa realizou a venda da carteira sem coobrigação o valor de desconto foi de R\$229.817.

21. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	<u>Ativo (Passivo)</u>		<u>Receitas (Despesas)</u>	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Controladora)				
Outros ativos	270.600	287.575	(15.000)	-
Valores a receber (i)	535.358	149.979	-	-
Contas a pagar (ii)	(107.122)	(61.741)	(1.976)	-
Contas a receber / pagar (iii)	(10.979)	(6.259)	11.082	(16.563)
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos (iv)	(2.738)	(8.275)	(2.664)	(1.085)

(i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias, e o risco sacado conforme destacado na nota 8.

(ii) Referem-se aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco dias a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.

(iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos; cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (*private label*), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma.

Em 30 de junho de 2024 o resultado da parceria está distribuído em despesas de profit sharing de R\$ 19.857 (receita de R\$11.117 em 30 de junho de 2023), reembolsos de despesas administrativas de R\$ 991 (R\$ 1.008 em 30 de junho de 2023) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 2.311 (R\$ 4.438 em 30 de junho de 2023).

(iv) Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto aos administradores.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga aos administradores no semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$2.693 (R\$ 2.097 em 30 de junho de 2023), incluindo salários e encargos.

A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

22. Resultados não recorrentes

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/2020 considera-se resultado não recorrente, o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, a Financiadora não apresentou resultados não recorrentes.

23. Limites operacionais (acordo da Basileia)

R\$ Mil	30/06/2024	31/12/2023
1.Patrimônio de referência	550.092	551.070
2.RWA		
- Risco de Crédito (RWAcpad)	4.137.821	3.863.626
- Risco de Mercado (RWAcam)	1.702	1.079
- Risco Operacional (RWAopad)	360.384	318.865
- Risco Serviços de Pagamento (RWAsp)	5.649	-
Total RWA	4.505.556	4.183.570
3.Capital mínimo requerido		
- Risco de Crédito	331.026	309.090
- Risco de Mercado	136	86
- Risco Operacional	28.831	25.509
- Risco Serviços de Pagamento	452	-
Total Capital mínimo requerido	360.444	334.686
4.Margem de capital mínimo requerido [1-3]	189.647	216.385
5.Capital adicional	112.639	104.589
6.Margem Pilar I [4-5]	77.009	111.795
7.IRRBB - Juros carteira não negociável	67.440	37.038
8.Margem Pilar II [6-7]	9.568	74.757
9-Índice de Basileia [1/2]	12,21%	13,17%

24. Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Pefisa segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN 4557/17 e as melhores práticas de mercado, afim de regulamentar os controles e as condutas necessárias para prevenir impactos negativos na gestão dos negócios, possibilitando a manutenção de um ambiente estável, confiável e íntegro.

A Pefisa, em seus diversos âmbitos, está sujeita a uma série de riscos que podem impactar o sucesso das suas estratégias corporativas. Como parte do compromisso contínuo com a transparência e a eficiente gestão de riscos, a Instituição desenvolveu políticas e procedimentos específicos para avaliar e gerenciar os principais riscos inerentes ao seu modelo de negócio. Essas medidas visam mitigar os riscos e garantir que estejamos em conformidade com nosso perfil de risco e com o nível de apetite ao risco estabelecido pelo comitê de gestão de riscos.

O detalhamento dos procedimentos, papéis e responsabilidades encontra-se descrito em políticas específicas, as quais abordam: a identificação, mensuração, sua avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados a diversas categorias, incluindo, mas não se limitando a riscos de crédito, de mercado e do IRRBB, risco de capital, operacionais, de liquidez, socioambientais, regulatório, reputacional, estratégico, continuidade dos negócios e o acompanhamento de Apetite a Riscos (Risk Appetite Statement – RAS).

25. Eventos subsequentes

Em 16 de julho de 2024, a Financiadora celebrou contrato de cessão de crédito, por meio do qual cedeu o montante de R\$ 196.107 pelo preço da cessão de R\$ 12.016. O pagamento foi realizado em 17 de julho de 2024.

A DIRETORIA

Maria Helena Rovani da Silva
Contadora
CRC 1SP198981/O-3



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
PEFISA S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



PEFISA S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



PEFISA S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Wilian Shigueaki Tatebe
Contador CRC 1SP253071/O-3